



CÓD: OP-150ST-23  
7908403542840

# **AMC – CE**

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA  
FORTALEZA**

450 questões gabaritadas  
**GABARITANDO- Agente de Trânsito**

**CADERNO DE QUESTÕES**

## ***Questões Gabaritadas***

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Raciocínio Lógico .....	41
3. Noções de informática .....	53
4. Noções de Direito Administrativo .....	67
5. Noções de Direito Constitucional .....	79
6. Noções de Direito Penal e Processo Penal .....	93
7. Noções de Ética .....	105
8. Legislação de Trânsito .....	119

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

1. IMPARH - TEC (IJF FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/HIGIENE DENTAL/2020

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Um advogado tinha doze filhos, precisava sair da casa onde morava e alugar outra, mas não conseguia por causa do monte de crianças.

Quando ele dizia que tinha doze filhos, ninguém queria alugar, porque sabiam que a criançada iria destruir a casa, e ele não podia dizer que não tinha filhos, não

podia mentir; afinal os advogados não mentem. Ele estava ficando desesperado, o prazo para se mudar estava se esgotando.

Daí teve uma ideia: mandou a mulher ir passear no cemitério com onze dos filhos.

Pegou o filho que sobrou e foi ver casas junto com o agente da imobiliária. Gostou de uma, e o agente perguntou quantos filhos ele tinha. Ele respondeu que tinha doze.

Daí o agente perguntou: “Mas onde estão os outros?”.

E ele respondeu, com um ar muito triste: “Estão no cemitério, junto com a mamãe deles”.

E foi assim que ele conseguiu alugar uma casa sem mentir... MORAL: A inteligência faz a diferença; não é necessário mentir, basta escolher as palavras certas.

*Adaptado de <https://www.facebook.com/diariojurista/posts/584960891622563>. Acesso em 02/03/2020.*

No trecho “**Ele respondeu que tinha doze**” (l. 08), contam-se quantas vogais e quantas semivogais?

- (A) 11 vogais e 01 semivogal.
- (B) 10 vogais e 01 semivogal.
- (C) 09 vogais e 02 semivogais.
- (D) 08 vogais e 02 semivogais.

2. IMPARH - PTNM (SDHDS)/PREF FORTALEZA/EDUCADOR SOCIAL/2018

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

## Os professores

Achei por muito tempo que ia ser professor. Tinha pensado em livros a vida inteira, era-me imperiosa a dedicação a aprender e não guardava dúvidas acerca da importância de ensinar. Lembrava-me de alguns professores como se fossem família ou amores proibidos. Tive uma professora tão bonita e simpática que me serviu de padrão de felicidade absoluta ao menos entre os meus treze e os quinze anos de idade.

A escola, como mundo completo, podia ser esse lugar perfeito de liberdade intelectual, de liberdade superior, onde cada indivíduo se vota\* a encontrar o seu mais genuíno, honesto caminho. Os professores são quem ainda pode, por delicado e precioso ofício, tornar-se o caminho das pedras na porcaria do mundo em que o mundo se tem vindo a tornar.

[...]

As escolas não podem ser transformadas em lugares de guerra. Os professores não podem ser reduzidos a burocratas e não são elásticos. Não é indiferente ensinar vinte ou trinta pessoas ao mesmo tempo. Os alunos não podem abdicar da maravilha nem do entusiasmo do conhecimento. E um país que forma os seus cidadãos e depois os exporta sem piedade e por qualquer preço é um país que enlouqueceu. Um país que não se ocupa com a delicada tarefa de educar, não serve para nada. Está a suicidar-se. Odeia e odeia-se.

\*votar-se = dedicar-se

*HUGO MÃE, Valter. In <https://www.revistaprosaversoarte.com/belissima-reflexao-os-professores-por-valter-hugo-mae>. Acesso em 18/03/2018.*

*Assinale a alternativa em que há um ou mais erros referentes à ortografia oficial segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa – AOLP 1990 (Decreto nº 6.583, de 29/09/2008).*

- (A) Os pseudoprofissionais do magistério são superestimados pela habilidade de transformar dever em lazer.
- (B) As contrarrazões em prol do ensino laico conduzem à reestruturação dos aspectos socioculturais do Brasil.
- (C) A auto-organização dos processos da educação brasileira hipervaloriza o ambíguo conceito de ser educador.
- (D) O conjunto de idéias voltadas para uma educação mais eclética não pára o propósito de uma escola apolítica.

### 3. IMPARH - PROF (FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/LÍNGUA PORTUGUESA/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Fonética (Fonemas, Dígrafos, Encontros Consonantais, Vocálicos).  
Separação Silábica

A internet expõe várias inadequações ortográficas de motivação fonético-fonológica; um exemplo disso é uma placa na qual se lê o seguinte: “Vendese queijo e mantega”. Nesse texto, predomina um desvio ortográfico devido à:

- (A) monotongação.
- (B) sonorização.
- (C) metátese.
- (D) epêntese.

### 4. IMPARH - PROF (FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/SUBSTITUTO/LÍNGUA PORTUGUESA BILÍNGUE/2021

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Fonética (Fonemas, Dígrafos, Encontros Consonantais, Vocálicos).  
Separação Silábica

#### O Gigolô das Palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. [...]

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com gramática.) A gramática é o esqueleto da

língua. Só predomina nas línguas mortas, e aí é de interesse restrito a necrólogos e professores de latim, gente em geral pouco comunicativa. Aquela sombria gravidade que a gente nota nas fotografias em grupo dos membros da Academia Brasileira de Letras é de reprovação pelo Português ainda estar vivo. Eles só estão esperando, fardados, que o Português morra para poderem carregar o caixão e escrever sua autópsia definitiva. É o esqueleto que nos traz de pé, certo, mas ele não informa nada, como a gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha implicância com a gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas – isso eu disse – vejam vocês, a intimidade com a gramática é tão indispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cáften profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. Não me meto na sua vida particular. Não me interessa seu passado, suas origens, sua família nem o que outros já fizeram com elas. Se bem que não tenho também o mínimo escrúpulo em roubá-las de outro, quando acho que vou ganhar com isto. As palavras, afinal, vivem na boca do povo. São faladíssimas. Algumas são de baixíssimo calão. Não merecem o mínimo respeito.

Um escritor que passasse a respeitar a intimidade gramatical das suas palavras seria tão ineficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel. Acabaria tratando-as com a deferência de um namorado ou com a tediosa formalidade de um marido. A palavra seria a sua patroa! Com que cuidados, com que temores e obséquios ele consentiria em sair com elas em público, alvo da impiedosa atenção dos lexicógrafos, etimologistas e colegas. Acabaria impotente, incapaz de uma conjunção. A gramática precisa apanhar todos os dias pra saber quem é que manda.

*VERÍSSIMO, L. F. In OLIVEIRA, J. et alii. Análise estilística do texto “Gigolô das Palavras”, de Luís Fernando Veríssimo. Soletas, ano VII, n. 14. São Gonçalo: UERJ, jul/dez 2007, p. 94-95.*

Há dificuldades fonológico-ortográficas que se perpetuam muito além da fase de alfabetização, infelizmente se estendem por anos. O exemplo desse caso é a letra x,

# RACIOCÍNIO LÓGICO

1. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/Finanças e Controle/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

O lema apresentado em nossa bandeira — Ordem e Progresso — é a diretriz escolhida para nortear a conduta da sociedade brasileira, e a expressão desse lema pela sociedade é consequência de sua maturidade social e de seu desenvolvimento econômico.

O texto precedente pode ser expresso corretamente pela proposição lógica

- (A) P.
- (B)  $P \wedge Q$ .
- (C)  $P \rightarrow (Q \wedge R)$ .
- (D)  $(P \wedge Q) \rightarrow R$ .

2. CEBRASPE (CESPE) - GM (São Cristóvão)/Pref São Cristóvão/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Considerando as proposições P: “A Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso.” e Q: “Fico feliz.”, assinale a opção que expressa **corretamente** a estrutura  $P \rightarrow Q$ . A

- (A) Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso e fico feliz.
- (B) Ou a Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso, ou fico feliz.
- (C) Se a Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso, fico feliz.
- (D) A Prefeitura de São Cristóvão/SE abre concurso ou fico feliz.

3. VUNESP - APPGG (PREF SP)/PREF SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Das alternativas a seguir, assinale a única que contém uma proposição lógica.

- (A) Existe alguém que está realizando o concurso e não estudou?
- (B) Todos os candidatos que estão realizando o concurso estudaram.
- (C) Carlos, participe do concurso!
- (D)  $x - y \leq 12$ .
- (E)  $x + y > 7$ .

4. IMPARH - PROF (FORTALEZA)/PREF FORTALEZA/LÍNGUA PORTUGUESA LITERATURA/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Proposições: Definição, Reconhecimento, Princípios Lógicos

Segundo a Wikipedia: “A lógica proposicional tem como objetivo modelar o raciocínio humano, partindo de frases declarativas (proposições)”. Uma proposição matemática é uma sentença declarativa, ou seja, que afirma ou nega um fato, a qual podemos atribuir um “valor verdade”, que pode ser verdadeiro ou falso. Perguntas, ordens, exclamações e paradoxos não são proposições matemáticas. Qual das seguintes sentenças é uma proposição matemática?

- (A) Esta semana tem 9 dias.
- (B) Esta sentença é falsa.
- (C) Que dia belo!
- (D) Qual o seu nome?

5. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/Finanças e Controle/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A sequência de valores V ou F, considerada no sentido vertical, de cima para baixo, da proposição lógica  $R \vee (-Q \wedge P) \leftrightarrow (P \vee R) \wedge (R \vee Q)$ , assumindo-se os valores de P, Q e R como os da tabela-verdade precedente, é

- (A) V, V, V, V, V, V, V, V.
- (B) V, V, V, V, V, V, F, F.
- (C) V, V, F, F, V, V, F, F.
- (D) V, V, V, V, F, F, F, F.

6. CEBRASPE (CESPE) - ATT (SEFAZ SE)/SEFAZ SE/2022  
Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

Texto CG2A4-I

Proposição P: Se o auditor for diligente e a auditoria bem planejada, a fraude será encontrada e o responsável será punido.

O número de linhas da tabela verdade associada à proposição P, mencionada no texto CG2A4-I, é igual a

- (A)2.
- (B)4.
- (C)8.
- (D)16.
- (E)32.

7. CEBRASPE (CESPE) - Esc Pol (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

Considere os conectivos lógicos usuais e assuma que as letras maiúsculas P, Q e R representam proposições lógicas; considere também as primeiras três colunas da tabela -verdade da proposição lógica  $(P \wedge Q) \vee R$ , conforme a seguir.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F

A partir dessas informações, infere-se que a última coluna da tabela- verdade, correspondente a  $(P \wedge Q) \vee R$ , apresenta valores V ou F, de cima para baixo, na seguinte sequência

- (A)V F V F F V V F.
- (B)V V F F V V V F.
- (C)V V F V F V F V.
- (D)V V V F V F V F.
- (E)V V V V V F F F.

8. VUNESP - ANA LEG (ALESP)/ALESP/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

Considere a afirmação: "Se Francisco é o diretor ou Ivete é a secretária, então Helena é a presidente."

Essa afirmação é necessariamente **FALSA** se, de fato:

- (A)Francisco não é o diretor e Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
- (B)Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
- (C)Francisco é o diretor e Ivete é a secretária e Helena é a presidente.
- (D)Francisco é o diretor.
- (E)Ivete é a secretária e Helena não é a presidente.

9. VUNESP - ESC POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

Considere N, P, Q, R e T afirmações simples para as afirmações compostas apresentadas a seguir.

Considere também o valor lógico atribuído a cada uma das afirmações compostas.

- I.Se N, então P. Esta é uma afirmação FALSA.
  - II.Se Q, então R. Esta é uma afirmação FALSA.
  - III.Se P, então T. Esta é uma afirmação VERDADEIRA.
- A partir dessas informações, é correto concluir que
- (A)Se Q, então T é uma afirmação FALSA.
  - (B)N e R é uma afirmação VERDADEIRA.
  - (C)Q ou T é uma afirmação VERDADEIRA.
  - (D)P e Q é uma afirmação VERDADEIRA.
  - (E)Se R, então N é uma afirmação FALSA.

10. CEBRASPE (CESPE) - Per Cri (POLITEC RO)/POLITEC RO/Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração/2022

Assunto: Raciocínio Lógico - Tabela Verdade das Proposições Compostas

Tabela CG1A3-I

conjunção $\wedge$	condicional $\Rightarrow$
disjunção $\vee$	Bicondicional $\Leftrightarrow$
negação $\sim$	

Considere que as proposições lógicas simples sejam representadas por letras maiúsculas e os símbolos lógicos usuais sejam representados de acordo com a tabela precedente.

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## 1. VUNESP - ASS SOC (PREF SBC)/PREF SBC/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 7

No MS-Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário estava editando uma imagem simples por meio do aplicativo acessório Paint e resolveu criar um novo arquivo.

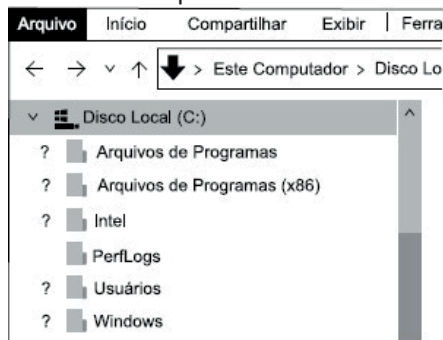
Para criar um novo arquivo no Paint, o usuário pode usar o seguinte atalho por teclado:

- (A) Ctrl + A
- (B) Ctrl + T
- (C) Ctrl + J
- (D) Ctrl + O
- (E) Ctrl + N

## 2. VUNESP - AFT (JAGUARIÚNA)/PREF JAGUARIÚNA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

A imagem a seguir mostra o canto superior esquerdo da tela do programa Explorador de Arquivos, integrante do MS-Windows 10 em sua configuração padrão, que está sendo utilizado por um usuário para visualizar o conteúdo do disco rígido de seu computador:



Clicando com o mouse sobre as pastas que possuem um caractere especial precedendo seu nome, exatamente nas posições indicadas pelo sinal de interrogação (?), esse usuário percebeu que essas pastas, além de arquivos, também possuíam outras pastas internamente. Esse caractere especial é o

- (A) >.
- (B) +.
- (C) #.
- (D) @.
- (E) %.

## 3. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com o Microsoft Windows 10, em sua configuração original, existe um arquivo Lista.txt, que contém 250 linhas de conteúdo, na pasta C:\TEMP e um atalho na Área de Trabalho para esse arquivo com o nome de Arquivo Principal. Ao clicar com o botão secundário do mouse sobre o atalho e selecionar a opção Abrir, o Windows

- (A) abrirá o Bloco de Notas em branco.
- (B) abrirá o Explorador de Arquivos na pasta C:\TEMP.
- (C) abrirá o Bloco de Notas com o arquivo C:\TEMP\Lista.txt.
- (D) exibirá um erro porque o nome do atalho é diferente do nome do arquivo ao qual ele se refere.
- (E) abrirá as propriedades do atalho.

## 4. CEBRASPE (CESPE) - Ana Adm (AGER MT)/AGER MT/Administração/2023

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, a ferramenta que exibe uma lista contendo os componentes de hardware conectados ao computador, os quais estão agrupados em categorias, recebe o nome de

- (A) Windows Update.
- (B) Windows Defender.
- (C) Gerenciador de tarefas.
- (D) Gerenciador de dispositivos.
- (E) Configurações de privacidade.

## 5. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Informática - Windows 10

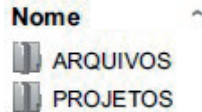
Um usuário de um computador com o sistema operacional Windows 10, em sua configuração padrão, selecionou: botão Iniciar > Configurações > Sistema > Área de Transferência. Algumas opções são exibidas e podem ser ativadas ou desativadas, dentre elas:

- (A) o salvamento diário, em um arquivo enviado por e-mail ao usuário, de todo o conteúdo da Área de Transferência.
- (B) a edição de mensagens (e-mails) a serem enviadas, e que ficam na Área de Transferência até que a conexão com a Internet seja estabelecida.
- (C) o emprego de senha para se utilizar a Área de Transferência.
- (D) a criptografia do conteúdo da Área de Transferência.

(E) que o histórico da Área de Transferência seja salvo para que itens nela presentes possam ser utilizados em outro momento.

6. VUNESP - ASST EPCC (EPC)/EPC/2023  
Assunto: Informática - Windows 10

Considere 2 pastas no Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, chamadas ARQUIVOS e PROJETOS. A pasta ARQUIVOS contém 2 arquivos texto, sendo Arquivo1.txt e Arquivo2.txt. A pasta PROJETOS está vazia.



Após selecionar a pasta ARQUIVOS com o botão principal do mouse, arrastá-la, sem soltar o botão, para a pasta PROJETOS e, finalmente, soltar o botão do mouse, a pasta PROJETOS conterá

- (A) os arquivos Arquivo1.txt e Arquivo2.txt, apenas.
- (B) os arquivos Arquivo1.txt e Arquivo2.txt, compactados em um único arquivo.
- (C) a pasta ARQUIVOS, mas sem os arquivos Arquivo1.txt e Arquivo2.txt.
- (D) a pasta ARQUIVOS e os arquivos Arquivo1.txt e Arquivo2.txt, todos no mesmo nível.
- (E) a pasta ARQUIVOS e, dentro dela, seus arquivos Arquivo1.txt e Arquivo2.txt.

7. VUNESP - AESC (ARAÇATUBA)/PREF ARAÇATUBA/2023  
Assunto: Informática - Windows 10

Na Área de Trabalho do Windows 10, em sua configuração padrão, ao clicar com o botão invertido do mouse sobre \_\_\_\_\_, aparece a opção Abrir local do arquivo. Ao clicar sobre essa opção, o Windows abre o(a)

\_\_\_\_\_.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do texto.

- (A) um arquivo texto ... Bloco de Notas com o arquivo selecionado
- (B) um atalho ... Explorador de Arquivos diretamente na pasta do arquivo do destino do atalho
- (C) a lixeira ... Lixeira do Windows
- (D) uma pasta ... Explorador de Arquivos diretamente na pasta selecionada
- (E) uma pasta compactada ... desfragmentador de arquivos

8. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022  
Assunto: Informática - Windows 10

A Área de Transferência é um recurso presente em diversos sistemas operacionais, como o Windows 10.

- Nesse sistema operacional, a Área de Transferência
- (A) permite que ela seja utilizada em nuvem, possibilitando que se copie imagens e textos de um computador para outro.
  - (B) permite que ela seja limpa por completo pelo usuário, não sendo possível a escolha de apenas alguns itens que não serão apagados.
  - (C) permite armazenar apenas textos simples, com poucos caracteres e sem formatação.
  - (D) possui o recurso de fixar itens, que cria uma tecla de atalho para esses itens.
  - (E) é destinada à transferência exclusivamente entre programas da Microsoft, como o MS-Office, não podendo ser utilizada para transferência com outros programas.

9. VUNESP - MED LEG (PC SP)/PC SP/2022  
Assunto: Informática - Windows 10

No Explorador de Arquivos do Microsoft Windows 10, em sua configuração original, um usuário abriu a pasta C:\2022 e pressionou as teclas CTRL+V. Logo em seguida, o arquivo Tarefas.txt foi criado nessa pasta. Isso significa que este arquivo foi previamente copiado para a Área de Transferência através das teclas

- (A) CTRL+C
- (B) CTRL+A
- (C) ALT+TAB
- (D) CTRL+ESC
- (E) ALT+SHIFT

10. CEBRASPE (CESPE) - Dati Pol (PC RO)/PC RO/2022  
Assunto: Informática - Windows 10

Na computação, a execução de programas, gerenciamento de memória e de espaço de armazenamento são atribuições do

- (A) sistema operacional.
- (B) navegador web.
- (C) painel de controle.
- (D) explorador de arquivos.
- (E) gerenciador de tarefas.



# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. VUNESP - SEC (CM BADY BASSIT)/CM BADY BAS-SIT/2023

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O domínio dos conceitos de “Governo” e de “Administração Pública” é indispensável para compreensão de temas importantes do Direito Administrativo. Considerando o entendimento doutrinário sobre os institutos, é correto afirmar que

- (A) “Administração Pública” é sinônimo de Estado.
- (B) “Governo” é pessoa jurídica de direito público, titular de direitos e de obrigações.
- (C) “Administração Pública” é o complexo de órgãos estatais verticalmente estruturados sob direção do “chefe do Executivo”.
- (D) “Governo” pode ser entendido como atividade diretiva do Estado.
- (E) “Administração Pública” é o conjunto de órgãos e agentes estatais pertencentes ao Poder Executivo.

2. CEBRASPE (CESPE) - Tec Per (PC PB)/PC PB/Área Geral/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Acerca da administração pública, de seus órgãos e os fundamentos que os regem, assinale a opção **correta**.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo e autônomo que permite expedir normas gerais.
- (B) Os normativos e a jurisprudência constituem fontes primárias, ou seja, veículos habilitados para criar direitos e obrigações.
- (C) Os costumes são práticas reiteradas da autoridade administrativa, capazes de estabelecer padrões de comportamento e fazer que os administrados esperem aquele modo de agir.
- (D) A supremacia do interesse público impede que o agente público renuncie ao interesse da administração em sede arbitral ou de acordos judiciais.
- (E) Para que seja considerada administração indireta, é necessária a constituição de patrimônio próprio.

3. VUNESP - ADV (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Assinale a alternativa que relaciona corretamente o conceito com sua explicação.

- (A) Função normativa: é o conjunto de atividades e processos vinculados às missões jurisdicionais do Estado, por meio da aplicação concreta do direito para pacificação dos conflitos sociais.
- (B) Função jurisdicional: consiste na criação do direito novo por meio do exercício do poder de polícia administrativa do Estado.
- (C) Função administrativa: é o conjunto de atividades e ações desempenhadas pelos diversos órgãos estatais no cumprimento, entre outras, das missões de fomento, polícia administrativa e execução dos serviços públicos.
- (D) Função política: consiste na criação do direito novo por meio do exercício do poder extroverso estatal.
- (E) Função de gestão: consiste na composição pacífica dos litígios sociais, mediante a aplicação concreta da legislação vigente.

4. CEBRASPE (CESPE) - Sub Proc (MPCM PA)/TCM PA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

No direito administrativo brasileiro, o critério de estudo do direito administrativo mais comumente aceito é o(a)

- (A) escola legalista.
- (B) método técnico-científico.
- (C) escola exegetica.
- (D) escola empírica ou caótica.
- (E) método jurisprudencial.

5. CEBRASPE (CESPE) - Of (PM RO)/PM RO/Combatente/2022

Assunto: Direito Administrativo - Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

Quando empregada para designar os órgãos e entes que desempenham atividade administrativa, a expressão administração pública tem sentido

- (A) subjetivo ou orgânico.
- (B) político.
- (C) funcional.
- (D) objetivo.
- (E) dinâmico ou contemporâneo.

6. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

A respeito dos princípios administrativos, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Foi a Emenda Constitucional nº 20/1998 que acrescentou ao *caput* do art. 37 o princípio da eficiência.
- (B) A aplicação do princípio da impessoalidade não se relaciona, direta ou indiretamente, com o princípio da finalidade.
- (C) A doutrina tradicional prega que o conteúdo do princípio da moralidade é idêntico ao da legalidade.
- (D) O princípio da moralidade deve ser observado exclusivamente nas relações entre a Administração e os administrados em geral.
- (E) O princípio da publicidade pode ser concretizado por meio do direito de petição, das certidões, bem como da ação administrativa *ex officio* de divulgação de informações de interesse público.

7. VUNESP - AUX ADM (SAME FM)/SAME FM/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

Dentre os princípios expressos ou explícitos da Administração Pública, podemos citar

- (A) a moralidade e a legalidade.
- (B) a legalidade e a lealdade.
- (C) a moralidade e a pessoalidade.
- (D) a impessoalidade e a liberdade.
- (E) a liberdade e a publicidade.

8. VUNESP - REC (SAME FM)/SAME FM/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

O princípio da Administração Pública que considera o modo de atuação do agente público, de quem se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições visando alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público, é o da

- (A) moralidade.
- (B) interesse público.
- (C) eficiência.
- (D) razoabilidade.
- (E) legalidade.

9. VUNESP - PROC M (SERTÃOZINHO)/PREF SERTÃOZINHO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

A respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Os princípios administrativos autorizam que os gestores públicos decidam com base valores jurídicos abstratos, desde que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- (B) O exercício do poder regulamentar, por agências reguladoras, de acordo com o STF, pode ser exercido sem base legislativa.
- (C) O princípio da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público estão expressamente previstos na Constituição Federal.
- (D) O princípio da eficiência importa na submissão das empresas públicas e autarquias aos mecanismos privados de gestão.
- (E) O princípio da publicidade autoriza que as hipóteses legais que tratam de sigilo de informações públicas sejam interpretadas extensivamente.

10. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

A promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos fere diretamente os princípios da

- (A) legalidade e impessoalidade.
- (B) legalidade e publicidade.
- (C) eficiência e impessoalidade.
- (D) eficiência e publicidade.
- (E) eficiência e legalidade.

11. VUNESP - ANA (EPC)/EPC/TÉCNICO NORMATIVO E DE CONTROLE INTERNO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Expressos, Explícitos ou Constitucionais

A respeito dos princípios do direito administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O princípio da impessoalidade pode ser concretizado pelo exercício do direito de petição.
- (B) O princípio da eficiência deve ser observado em relação aos serviços administrativos internos dos entes federativos.
- (C) Atualmente, a Constituição Federal elenca no rol dos princípios administrativos o da efetividade.
- (D) O princípio da moralidade tem aplicação restrita ao âmbito do Poder Executivo e Legislativo.
- (E) Entre os princípios expressos na Constituição Federal, está o da indisponibilidade do interesse público.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Considere que os moradores de um bairro pretendem criar uma associação com o objetivo de promover atividades educativas para as crianças em idade pré-escolar, bem como intermediar as reivindicações da população local perante os órgãos do poder executivo e legislativo. A respeito da criação e do funcionamento dessa associação, com base na Constituição Federal, é **correto** afirmar que

(A) a associação também poderá ter a finalidade de promover a segurança do bairro e, assim, executar atividade paramilitar.

(B) a criação da associação deverá ser precedida de autorização do Município, que poderá subsidiar o seu funcionamento.

(C) caso seja expressamente autorizada, a associação terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(D) caso venha a desviar a sua finalidade e realizar atividades ilícitas, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida por ato do Poder Executivo.

(E) como os serviços beneficiarão os moradores do bairro, a associação poderá constituir contribuição que será compulsoriamente cobrada dos beneficiários direto e indireto dos serviços.

## 2. VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Dispõe a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXIV, que “A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição”. Também há previsão constitucional de desapropriação da propriedade urbana (CF, artigo 182, parágrafo 4º); de desapropriação da propriedade rural (CF, artigo 186) e de desapropriação de propriedade nociva, com a expropriação de glebas de terras em que sejam ilegalmente cultivadas plantas psicotrópicas (CF, artigo 243).

A desapropriação prevista no artigo 5º, XXIV, da Constituição Federal apresenta as seguintes características:

(A) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem por ponto nodal a substituição da perda patrimonial por prévia e justa indenização em dinheiro.

(B) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado, mas estabelece prévia e justa indenização em dinheiro.

(C) refere-se a imóvel que cumpre a sua função social, constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

(D) refere-se a imóvel que não cumpre a sua função social, não constitui sanção aplicada pelo Estado e tem assegurada, desde que o comporte o orçamento anual do ente expropriante, prévia e justa indenização em dinheiro.

## 3. VUNESP - GM (PREF PALMAS)/PREF PALMAS/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Assinale a alternativa que contempla uma hipótese em que um Guarda Municipal poderia adentrar em uma residência, sem consentimento do morador e sem que esteja violando a Constituição Federal.

(A) Durante o dia ou à noite, com a intenção prender um criminoso sobre o qual teve notícia que estaria residindo no local.

(B) Durante o dia, com autorização do Delegado de Polícia, para investigar uma denúncia de que no dia anterior teria ocorrido um caso de violência familiar.

(C) Durante à noite, para dar apoio a policiais civis para cumprir um mandado de prisão regularmente expedido contra um réu condenado pela Justiça.

(D) Durante o dia ou à noite, se na residência estiver ocorrendo um flagrante delito ou no caso de um desastre ou, ainda, para prestar socorro.

## 4. CEBRASPE (CESPE) - TJ (TJ CE)/TJ CE/Judiciária/“Sem Especialidade”/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), assinale a opção **correta**.

(A) O direito de resposta assegurado constitucionalmente pela CF é proporcional ao agravo, abarcando os danos materiais e morais advindos da ofensa sem, contudo, abarcar o dano à imagem.

(B) Em virtude da laicidade do Estado, a CF veda a prestação de assistência religiosa às entidades de internação coletiva, sejam elas civis ou militares.

(C) O acesso à informação é um direito assegurado a todos, sendo expressamente vedado o sigilo da fonte.

(D) É possível, nos termos da CF, que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa se, além de se eximir de obrigação legal a todos imposta, também se recusar a cumprir prestação alternativa.

(E) De acordo com a CF, o sigilo das comunicações telefônicas não pode ser quebrado em nenhuma hipótese.

5. CEBRASPE (CESPE) - PFN (PGFN)/PGFN/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Caio, sócio-gerente e responsável legal da empresa XYZ, foi admitido em 2020 como litisconsorte passivo em execução fiscal movida pela PGFN contra a referida empresa, com vistas ao pagamento de dívida ativa da União regularmente inscrita. Intimado para a realização do pagamento ou indicação de bens à penhora, Caio ofertou uma embarcação de sua propriedade como garantia e permaneceu como depositário do bem, consoante auto de penhora lavrado pelo oficial de justiça e não contestado pela PGFN. Findos os embargos à execução, a PGFN foi declarada vencedora e solicitou a execução judicial do bem dado em garantia, que, entretanto, não foi localizado. Com isso, o procurador da PGFN responsável pelo caso solicitou a prisão de Caio, sob o argumento de que este se enquadrava como depositário infiel, cuja prisão é admitida nos termos da CF.

Considerando a situação hipotética anterior e a jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir.

I A previsão constitucional da prisão civil do depositário infiel não foi revogada, mas deixou de ter aplicabilidade com a internalização, no ordenamento jurídico pátrio, dos tratados internacionais que a condenam.

II O poder constituinte derivado não pode alterar a disposição constitucional referente à prisão civil do depositário infiel para dela suprimir a permissão concedida pelo constituinte originário, por se tratar de cláusula pétrea.

III A Súmula Vinculante n.º 25 do STF tornou inaplicável a parte final do inciso do art. 5.º da CF que faz referência à prisão civil do depositário infiel, sendo atualmente inadmissível qualquer prisão civil por dívida.

IV Como o Decreto n.º 678/1992 (Pacto de São José da Costa Rica) não seguiu o trâmite estabelecido no § 3.º do art. 5.º da CF, não é possível atribuir-lhe o *status* de emenda constitucional.

Estão certos apenas os itens

(A) I e III.

(B) I e IV.

(C) II e IV.

(D) I, II e III.

(E) II, III e IV.

6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Autoridade municipal, no período noturno, pretendia fazer uso temporário de propriedade particular pertencente a Joaquim, diante de uma situação real de iminente perigo público, mas Joaquim recusou, sustentando a inviolabilidade de domicílio, muito embora domiciliado em outro imóvel. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa **correta** à luz da previsão da Constituição Federal de 1988.

(A) Agiu corretamente a autoridade municipal, pois o iminente perigo público autoriza a utilização da propriedade particular, mediante indenização ulterior, se houver dano.

(B) A Constituição equipara, para fins de proteção, propriedade e casa, não admitindo o uso temporário de propriedade particular.

(C) É autorizado o uso da propriedade, mas Joaquim fará jus à indenização decorrente do uso, mesmo não ocorrendo dano à propriedade.

(D) A Constituição somente autoriza o uso de propriedade particular pelo poder público no período diurno.

(E) É permitido o uso da propriedade, e diante da situação emergencial não há a previsão de indenizabilidade ulterior.

7. CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Um grupo conhecido como sangue azul organizou-se sob a forma de associação com fins paramilitares e, em seu estatuto, registrou claros propósitos de incitação a comportamentos antissemitas, defesa do holocausto e violência contra nordestinos. Ao tomar conhecimento disso, o Ministério Público propôs ação civil pública, requerendo a dissolução dessa associação.

Considerando a situação hipotética anterior, assinale a opção **correta** à luz dos direitos, das garantias e dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF)

(A) Comprovada a atividade ilícita da associação constituída, um ato administrativo do poder público é suficiente para determinar a dissolução dela.

(B) É vedada a interferência do Poder Judiciário no funcionamento das associações, em razão do princípio da liberdade de associação.

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1. CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE PA)/PGE PA/2022  
Assunto: Direito Penal - Erro de Tipo

O erro de tipo essencial que recai sobre elementar impede que o agente saiba que está praticando o crime e

- (A) sempre exclui o dolo.
- (B) exclui o dolo e a culpa, se o erro for essencial vencível.
- (C) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial vencível.
- (D) não exclui o dolo nem a culpa, se o erro for essencial invencível.
- (E) exclui o dolo, mas não a culpa, se o erro for essencial invencível.

2. CEBRASPE (CESPE) - Per Of (PC PB)/PC PB/Criminal/Área Geral/2022

Assunto: Direito Penal - Tipicidade e Resultado

O juízo de valor no tipo penal é elemento

- (A) descritivo.
- (B) modal.
- (C) normativo.
- (D) científico.
- (E) subjetivo.

3. VUNESP - INV POL (PC SP)/PC SP/2022

Assunto: Direito Penal - Considerações Gerais sobre a Ilícitude e suas Excludentes

A respeito das hipóteses de exclusão de ilicitude, constantes do Código Penal, é correto dizer que

- (A) no estado de necessidade, ainda que seja razoável exigir o sacrifício do direito que se visou salvar, o agente restará isento de pena.
- (B) a legítima defesa é justificável para repelir injusta agressão a direito próprio ou a direito alheio.
- (C) o estado de necessidade é justificável apenas para salvaguarda de direito próprio, não englobando direito alheio.
- (D) quando o agente age em estado de necessidade, legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, incorre em crime, mas restará isento de pena, desde que não caracterizado o excesso, doloso ou culposo.
- (E) a legítima defesa específica aos agentes de segurança pública, prevista no parágrafo único do art. 25, do Código Penal, aplica-se apenas quando em causa vítima de crime de extorsão mediante sequestro.

4. CEBRASPE (CESPE) - Per Of (PC PB)/PC PB/Criminal/Área Geral/2022

Assunto: Direito Penal - Estado de Necessidade

André, verificando que sua esposa Francisca estava correndo risco de morte, invadiu, munido de faca, o posto de saúde local e de lá subtraiu ataduras, gazes e medicamentos. Configurada a ação típica, o juiz o absolveu por entender presente uma das causas excludentes de ilicitude, que é

- (A) a legítima defesa.
- (B) o estado de necessidade.
- (C) o consentimento do ofendido.
- (D) o exercício regular de direito.
- (E) o estrito cumprimento de dever legal.

5. CEBRASPE (CESPE) - Ag Crim (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Direito Penal - Estado de Necessidade

Dois naufragos, A e B, estavam à deriva em mar aberto e visualizaram uma tábua de salvação com espaço para apenas uma pessoa. Para salvar-se, o naufrago B desferiu um golpe de faca em A e nadou até a tábua, abandonando o outro à própria sorte. Após isso, o naufrago A desmaiou e, por fim, faleceu. Nenhum deles deu causa ao naufrágio ou tinha o dever de enfrentar o perigo. Nessa situação hipotética, o naufrago B

- (A) deverá ser punido, pois praticou o crime de homicídio, não havendo causa excludente de tipicidade ou ilicitude que lhe favoreça.
- (B) não deverá ser punido, pois agiu em estado de necessidade diante de perigo então atual e para proteger direito próprio.
- (C) não deverá ser punido, pois se trata de conduta atípica, considerada a situação de perigo.
- (D) deverá ser punido, pois, apesar de se tratar de conduta praticada em legítima defesa, houve excesso doloso.
- (E) não deverá ser punido, pois agiu em exercício regular do direito para se salvar de perigo atual.

6. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/Jurídica/2022

Assunto: Direito Penal - Conceitos Gerais da Culpabilidade

Foi atribuída a um cidadão a autoria de um homicídio, não se encontrando o agente acobertado por nenhuma justificativa.

Nessa situação hipotética, conforme a teoria da culpabilidade adotada pelo ordenamento jurídico penal brasileiro, o fato será

- (A) culpável se demonstrado o dolo ou a culpa do agente, principais elementos da culpabilidade.
- (B) considerado culpável se o agente, ao tempo do crime, tiver agido sob influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima.
- (C) culpável se demonstrada a ilicitude da conduta do agente, elemento intrínseco da culpabilidade.
- (D) culpável se o agente, ao tempo do crime, fosse imputável, detivesse potencial consciência da ilicitude e não lhe fosse exigido outro comportamento.
- (E) considerado culpável se o agente tiver atuado sem a consciência da ilicitude do fato, sem que lhe fosse possível ter ou atingir esse conhecimento.

7. VUNESP - MED-LEG (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Imputabilidade Penal

Segundo a Lei nº 7.209/1984, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, assinale a alternativa que **NÃO** afasta imputabilidade penal:

- (A) Doença mental, emoção, demência.
- (B) Emoção, paixão, embriaguez voluntária.
- (C) Paixão, demência, força maior.
- (D) Demência, ansiedade, embriaguez.
- (E) Toxicomania, emoção, doença mental.

8. CEBRASPE (CESPE) - Of (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Penal - Potencial Consciência da Ilícitude (Erro de Proibição e Discriminantes Putativas)

Acerca do arrependimento posterior, das discriminantes putativas, da coação irresistível e da obediência hierárquica, bem como do erro sobre os elementos do tipo e sobre a pessoa, assinale a opção correta.

- (A) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, é possível a aplicação do instituto do arrependimento posterior caso o dano seja reparado integralmente, por ato voluntário do agente, até a prolação da sentença.
- (B) O agente que agir sob coação irresistível, seja moral ou física, praticará uma conduta típica e antijurídica, mas não culpável, ficando isento de pena o referido agente.
- (C) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

(D) Ocorre *aberratio ictus* quando o acidente ou erro no emprego dos meios executórios faz com que se atinja um bem jurídico diferente do pretendido.

(E) As discriminantes putativas configuram, à luz da teoria extremada da culpabilidade, erro de proibição.

9. CEBRASPE (CESPE) - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direito Penal - Exigibilidade de Conduta Diversa

Considera-se causa excludente da culpabilidade

- (A) inexigibilidade de conduta diversa.
- (B) estado de necessidade.
- (C) consentimento do ofendido.
- (D) estrito cumprimento do dever legal.
- (E) exercício regular de direito.

10. CEBRASPE (CESPE) - NeR (TJ SC)/TJ SC/Remoção/2023

Assunto: Direito Penal - Sujeito Ativo e Passivo (crimes)

Paulo, tabelião, no exercício da sua função pública, reconheceu como verdadeira uma falsa assinatura, por extenso, aposta em um documento, embora tivesse conhecimento de sua falsidade. Assinale a opção correta acerca do delito praticado por Paulo nessa situação hipotética.

- (A) O delito em questão pressupõe um comportamento comissivo do agente, não podendo, assim, ser caracterizado quando a conduta for praticada via omissão imprópria.
- (B) Paulo cometeu crime comum com relação ao sujeito ativo.
- (C) Há previsão legal da modalidade de natureza culposa do delito praticado por Paulo.
- (D) O sujeito passivo do delito praticado por Paulo é o Estado, além das pessoas que, de alguma forma, tenham sido prejudicadas em razão do comportamento praticado por ele.
- (E) Inadmite-se a tentativa no delito em questão, pois ele se consuma quando o agente, efetivamente, mesmo tendo conhecimento de que a assinatura aposta no documento é falsa, reconhece-a como verdadeira.

11. CEBRASPE (CESPE) - Del Pol (PC PB)/PC PB/2022

Assunto: Direito Penal - Concurso de Pessoas

A, B e C são atores. Pelo fato de B obter o papel de personagens de maior destaque, secretamente A o inveja e despreza. No intuito de livrar-se de B, A troca as balas de festim por munição real do revólver de C, que, ao disparar em cena de novela contra B, causa sua morte. Nesse caso,

- (A) segundo a teoria objetivo-material, C poderá ser enquadrado na autoria imprópria em relação ao homicídio de B.
- (B) com base na teoria objetivo-formal, A poderá ser considerado autor mediato do homicídio de B.
- (C) conforme a teoria do domínio do fato, C seria considerado partícipe do homicídio de B.

# NOÇÕES DE ÉTICA

## 1. INSTITUTO CONSULPLAN - ADM (IF PA)/IF PA/2023

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

O propósito da ética é identificar regras que governem o comportamento humano e os “bens” que valem a pena buscar. As decisões éticas são guiadas por valores individuais ou princípios de conduta como, **EXCETO**:

- (A) Justiça.
- (B) Integridade.
- (C) Honestidade.
- (D) Individualismo.

## 2. FUNATEC - Ass (Palmeirante)/Pref Palmeirante/Administrativo I/2023 Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

O ato do ser humano de estar constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas, reflete seu senso de:

- (A) Mexeriqueiro.
- (B) Eficiência.
- (C) Eficácia.
- (D) Ética.

## 3. FADESP - AFRE PA/SEFA PA/2022

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

A ética pode ser considerada como uma parte importante e antiga da filosofia que sofreu diversas abordagens ao longo dos séculos. Sobre os conceitos e os aspectos históricos da ética, analise as seguintes afirmações.

**I.** A ética estuda acerca da conduta humana para com a humanidade.

**II.** Bentham e Stuart Mill são filósofos da ética clássica e, em seus estudos, buscaram entender a interioridade do homem para descobrir a fonte pessoal da moralidade.

**III.** O filósofo Immanuel Kant, em sua obra lições de ética, apresenta o conceito do Imperativo Categórico, o qual defende que a ética é um dever moral que atinge a todos e não deve ser desobedecido independentemente das circunstâncias.

**IV.** Na Teoria da Justiça de Aristóteles, ética e política são noções que se complementam, pois ambas são necessárias para assegurar a felicidade dos indivíduos.

**V.** O existencialismo, o pragmatismo e o utilitarismo são correntes da ética contemporânea.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV apenas.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III, IV e V.
- (D) II e V apenas.
- (E) I, III, IV e V.

## 4. FADESP - AFRE PA/SEFA PA/2022

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

Segundo Cotrim (2002), pode-se definir ética organizacional como o conjunto de princípios, valores e normas que regula o comportamento das atividades da organização do ponto de vista do bem e do mal. Sobre os valores éticos, analise as seguintes afirmativas.

**I.** São indicadores do grau de atendimento aos princípios éticos.

**II.** A prática constante de respeito aos valores éticos conduz as pessoas a um ambiente livre de qualquer conflito.

**III.** As organizações públicas devem promover os valores éticos que mais serão úteis a elas, mantendo um ambiente moralmente sadio e promovendo as virtudes de seus servidores.

**IV.** Os valores éticos de uma organização pública são fundamentais para a definição das normas comportamentais de seus servidores, tanto quanto as necessidades operacionais.

**V.** Um valor ético referente à segurança do trabalhador tem relação com o princípio ético da solidariedade.

Estão corretos os itens

- (A) II e IV apenas.
- (B) I, III e V apenas.
- (C) II, IV e V.
- (D) I, III, IV e V.
- (E) III, IV e V apenas.

5. IADES - Prof (SEDUC GO)/SEDUC GO/Artes/Artes Visuais/2022

Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

Assinale a alternativa que apresenta a definição de ética.

- (A) A promotora da felicidade dos seres, quer individualmente, quer coletivamente.
- (B) A ciência da conduta humana perante o ser e seus semelhantes.
- (C) Um sentimento que advém de estados biológicos e psicológicos e que pode motivar o primeiro impulso para ação.
- (D) Hábitos dignos de louvor.
- (E) Um sistema energético consubstanciado em virtudes que regem a ação do homem.

6. Instituto CONSULPAM - Moto (Pref Irauçuba)/Pref Irauçuba/CNH D/2022 Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

É a ética um conjunto de valores, preceitos, atitudes e comportamentos que norteiam uma sociedade na busca da paz social, do progresso de todos e da felicidade das pessoas. Sobre comportamentos éticos no trânsito, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Imprescindível respeitar todos os tipos de sinalização, seja visual ou sonora.
- (B) Como condutor, parar sempre antes de faixas de pedestre e aguardar que estes façam a travessia.
- (C) Desconsiderar a observância de placas de sinalização quando julgar que isso não trará nenhum risco a pedestres e motoristas.
- (D) Respeitar, como condutor, os limites de velocidade, em especial em zonas de grandes aglomerados urbanos.

7. COGEPS UNIOESTE - AFis (S.A. Platina)/Pref Sto Ant Platina/2022

Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

O conjunto de parâmetros que guiam atitudes corretas e honestas em uma profissão ou empresa é chamado de:

- (A) Ética profissional.
- (B) Compromisso.
- (C) Parâmetros.
- (D) Dogmas.
- (E) Virtudes.

8. FURB - Aux (Pref Camboriú)/Pref Camboriú/Cozinha/2022

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

Todo indivíduo tem o direito de agir de acordo com suas próprias crenças, porém, seja na vida em sociedade ou no ambiente profissional, existe sempre um julgamento baseado em valores que pretendem determinar o que é certo e o que é errado. Esses valores que avaliam o comportamento humano, seja ele social ou profissional, são chamados de:

- (A) Empatia.
- (B) Submissão.
- (C) Ética.
- (D) Respeito.
- (E) Alienação.

9. CETREDE - AAd (Frecheirinha)/Pref Frecheirinha/2021

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

Analise as afirmativas a seguir e marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A palavra moralidade vem do latim “mos” ou “moris” e significa “costumes”.
- (B) Moral é um conjunto de valores, e Ética é a reflexão sobre esses valores.
- (C) “As normas morais variam dependendo da cultura e do período histórico. Também podem ser questionadas e destituídas”. Isso significa que não agimos de forma “moral” se obedecermos às regras que a sociedade estabelece.
- (D) A palavra “ética” vem do grego éthikos e significa modos de ser.
- (E) Há uma relação entre as leis e os costumes, pois as leis permitem ou impedem que os homens cometam erros.

10. CEBRASPE (CESPE) - Ana (APEX)/ApexBrasil/Processos Jurídicos/2021

Assunto: Ética no Serviço Público - Ética, Moral, Princípios e Valores

Considerando a moral, a ética, os princípios e os valores, julgue os itens a seguir.

I Os valores são formados a partir de condutas perenes transmitidas com o tempo.

II A conduta ética, na perspectiva do utilitarismo, está vinculada a uma visão pessoal e subjetiva, apartada de uma análise e de reflexo coletivo.

III A moral pode ser considerada como uma parte da filosofia que examina os hábitos e costumes.



# LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. Instituto CONSULPAM - AMMU (Pref Jacareí)/Pref Jacareí/2023

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

A respeito da fiscalização do consumo de álcool ou outra substância psicoativa, cujos procedimentos devem ser adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes, nos termos da Resolução CONTRAN n.º 432, de 23 de janeiro de 2013, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Além de exame de sangue, exame laboratorial, teste em etilômetro e verificação dos sinais que indiquem alteração da capacidade psicomotora do condutor, poderão ser utilizados provas testemunhais, imagens, vídeos ou quaisquer outros meios de prova em direito admitido, devendo-se priorizar os exames laboratoriais para a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa no condutor.

(B) Comete a infração prevista no art. 165, do Código de Trânsito Brasileiro, o condutor cujo exame de sangue apresentar 0,05 mg/L no exame de sangue.

(C) Deverá ser autuado por infração prevista no art. 306, do Código de Trânsito Brasileiro, o condutor que apresente sinais de alteração da capacidade psicomotora, obtidos na forma do art. 5, da Resolução CONTRAN n.º 432, de 23 de janeiro de 2013.

(D) Medida administrativa, em caso de confirmação da alteração da capacidade psicomotora do condutor em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, será a retenção do veículo, até apresentação de condutor habilitado, que será dispensado dos procedimentos fiscalizatórios.

2. Instituto CONSULPAM - AMT (Pref Irauçuba)/Pref Irauçuba/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

Qual dos itens abaixo NÃO é um procedimento correto para confirmação da alteração da capacidade psicomotora, em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, aos moldes da Resolução CONTRAN n.º 432/2013:

(A) Exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência.

(B) Teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro).

(C) Verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor, podendo ser utilizado prova testemunhal, imagem ou vídeo.

(D) Nos procedimentos de fiscalização, deve-se priorizar a utilização do exame de sangue.

3. FAUEL - CGM (PREF APUCARANA)/PREF APUCARANA/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

A Resolução 432/2013 dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para aplicação do disposto nos arts. 165, 276, 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Assinale a alternativa **CORRETA** sobre a Resolução CONTRAN 432/2013.

(A) Se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora na forma do art. 5º ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento do condutor para a realização do exame de sangue ou exame clínico, será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.

(B) Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas previstas no art. 165 do CTB ao condutor que recusar a se submeter a qualquer um dos procedimentos previstos no art. 3º, sem prejuízo da incidência do crime previsto no art. 306 do CTB caso o condutor apresente os sinais de alteração da capacidade psicomotora.

(C) Para confirmação da alteração da capacidade psicomotora pelo agente da Autoridade de Trânsito, não deverá ser considerado um conjunto de sinais que comprovem a situação do condutor, deverá ser considerado somente um sinal.

(D) Não é obrigatória a realização do exame de alcoolemia para as vítimas fatais de acidentes de trânsito.

(E) Todas as alternativas estão corretas.

4. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/JURÍDICO DE TRÂNSITO/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

De acordo com o que estabelece a Resolução no 432/2013, do CONTRAN, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência,

(A) a fiscalização do consumo, pelos condutores de veículos automotores, de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas que determinem dependência deve ser procedimento excepcional, cuja operação deverá ser previamente fundamentada e justificada perante os órgãos da Administração.

(B) se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento do condutor para a realização do exame de sangue ou exame clínico, será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.

(C) a infração administrativa de dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, prevista no art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro, será caracterizada por exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue.

(D) a confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência deverá se dar exclusivamente por meio de testes, exames ou, ainda, a verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor pelas autoridades responsáveis, sendo vedada a utilização de prova testemunhal, imagem ou vídeo para tal fim.

(E) será facultativa a realização do exame de alcoolemia para as vítimas fatais de acidentes de trânsito.

5. INSTITUTO MAIS - Moto (S Parnaíba)/Pref S Parnaíba/2022

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, o aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar é denominado

- (A) barômetro.
- (B) termômetro.
- (C) etilômetro.
- (D) decibelímetro.

6. Instituto ACCESS - OT (DETRAN AC)/DETRAN AC/2021

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

Considerando a Resolução nº 432, 23 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Trânsito, assinale V para afirmativa e verdadeira F para falsa.

( ) O etilômetro deve ter seu modelo aprovado pelo INMETRO, ser aprovado na verificação metrológica inicial, eventual, em serviço e anual realizadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO ou por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – RBMLQ.

( ) Os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por constatação, pelo agente da Autoridade de Trânsito, dos sinais de alteração da capacidade psicomotora, nos termos do Anexo II da resolução, que deve ser confirmado por exame clínico, com laudo conclusivo e firmado por médico perito.

( ) No caso de infração regulamentada pela Resolução, o documento de habilitação será recolhido pelo agente, mediante recibo, e ficará sob custódia do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação até que o condutor comprove que não está com a capacidade psicomotora alterada, conforme nela estipulada.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F, F e V.
- (B) F, V e V.
- (C) F, V e F.
- (D) V, V e F.
- (E) V, F e V.

7. FAFIPA - GM (Pinhais)/Pref Pinhais/2019

Assunto: Legislação de Trânsito e Transportes - Resolução CONTRAN nº 432/2013 - Consumo de Álcool ou de Outra Substância Psicoativa

Com base na Resolução N.º 432/2013 do Conselho Nacional de Trânsito, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por exame clínico com laudo conclusivo e firmado por médico perito.

(B) Para a confirmação da alteração da capacidade psicomotora pelo agente da autoridade de trânsito, deverá ser considerado não somente um sinal, mas um conjunto de sinais que comprovem a situação do condutor.

(C) Também poderão ser utilizados prova testemunhal, imagem, vídeo ou qualquer outro meio de prova em direito admitido para a confirmação da alteração da capacidade psicomotora.